

29 DEZ 1992 GAZETA MERCANTIL

Senado aprova 50 acordos internacionais em 1992

por Maria Helena Tachinardi
de Brasília

O Senado Federal aprovou neste ano cinqüenta acordos internacionais, sendo o mais importante para o País, na visão do Itamaraty, o Tratado de Assunção, que criou o Mercado Comum do Sul (Mercosul). Faltam apenas seis acordos relacionados com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), que são os mais difíceis de ser ratificados devido as divergências entre as leis trabalhistas internas e a legislação internacional, comentam fontes diplomáticas. Em geral, as leis brasileiras são mais favoráveis ao trabalhador do que as convenções da OIT.

Pela primeira vez em tempos recentes o ano se encerra com uma aprovação recorde pelo Senado, o que se deve ao esforço dos diplomatas da Secretaria de Relações com o Congresso (SRC) do Itamaraty e à atuação dos senadores ligados à área de relações exteriores. O Itamaraty insistiu na aprovação dos acordos porque 1993 será um ano de plebiscito sobre regime de governo e reforma constitucional.

O mesmo volume de apurações não se registrou na Câmara dos Deputados, que ao Senado enviou, neste ano, vinte projetos.

PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Há assuntos que requerem uma análise mais demorada por parte dos deputados, como os relacionados com energia nuclear, serviço de inteligência, exportação de materiais sensíveis e direitos trabalhistas.

Neste ano, graças a uma nova metodologia da SRC, o Senado não apresentou dificuldades para aprovar os acordos. Os diplomatas passaram a municiar os oitenta senadores com informações detalhadas sobre os documentos e suas implicações, por um "Resumo de Política Exterior", que dá uma visão mensal das atividades diplomáticas do Brasil. Na Câmara, esse trabalho didático não é tão fácil devido ao número (503) de deputados, explica uma fonte da chancelaria.

O ministro das Relações Exteriores, Fernando Henrique Cardoso, está insistindo para que a Câmara aprove o projeto de lei sobre propriedade industrial (marcas comerciais e patentes) e sobre controle de exportações de materiais sensíveis. Esses são os projetos que mais afetam as relações Brasil/EUA.

MAR TERRITORIAL

A Câmara ainda não aprovou o acordo assinado no final de 1991 por Brasil, Argentina, Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares e a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), com sede em Viena. O deputado Mauro Borges (PDC-GO) apresentou um projeto contra a aprovação do acordo.

Um projeto importante que a Câmara aprovou neste ano foi o da autoria do Executivo sobre o mar territorial, a zona contígua, a zona econômica exclusiva e a plataforma continental brasileira. A nova legislação agora está harmonizada com a convenção internacional sobre o mar territorial.

PROJETOS POLÉMICOS

Outros projetos que estão

tramitando no Legislativo e que afetam as relações internacionais do Brasil: sobre a proibição de importação de lixo atômico (deputado Laprovita Vieira (PMDB-RJ), sobre a salvaguarda de assuntos sigilosos de interesse da segurança da sociedade e do Estado, entre outros.